

O IPE tem saída?

A previdência para os servidores públicos está inserida num cenário de grandes dificuldades. Numa sociedade profundamente marcada por situações de crescente injustiça social, maximizada pela inexistência de mecanismos de distribuição de renda, fragilizada por políticas macroeconômicas inadequadas e aumento acelerado dos índices de desemprego, a primeira tarefa política é preservar os poucos, e ainda incipientes, sistemas de proteção social. Mesmo com seus problemas, não podemos destruí-los.

A crise financeira com que se depara o regime geral da previdência e também o regime próprio dos servidores públicos no Brasil possui diversas causas: aumento da expectativa de vida, má gestão, expressiva aplicação de recursos financeiros do sistema em atividades distintas à sua finalidade, extensão de benefícios sem contrapartida contributiva, além do cálculo atuarial desatualizado.

No Rio Grande do Sul não é diferente. Três problemas sobrepõem-se fazendo com que a crise, entre nós, adquira um caráter extrema-

mente grave: o passivo previdenciário (soma de proventos e pensões); o custo mensal da folha de inativos e pensionistas (que supera R\$ 250 milhões a cada mês, enquanto o salário dos servidores ativos é de, aproximadamente, R\$ 200 milhões); e as fontes de custeio para as pensões e proventos. Como resolver esse quadro gerador de desequilíbrios cada vez maiores?

As recentes mudanças no ordenamento jurídico relativo à previdência social vêm impondo a todos os seus entes federativos um processo de ajustamento bastante rápido aos “regimes próprios de previdência social”, incluindo mudanças no seu regime geral. Porém, muitas medidas que devem ser adotadas não dependem dessa legislação, mas de bom senso, responsabilidade e capacidade de gestão.

A previdência social necessita de uma melhor atuação gerencial, da redução dos custos operacionais e, principalmente, do provimento do pagamento dos benefícios em valores corretos e não defasados. No entanto, ela é um direito que exige uma contrapartida por parte dos segurados, uma vez que eles

precisam contribuir para que possam fazer jus aos benefícios.

O caminho que parece inevitável é o de reestruturar as contribuições, viabilizando ganhos de receita para o sistema. Porém, esse processo de mudança no sistema de custeio e financiamento não terá os efeitos desejados se o sistema não for imunizado das pressões momentâneas que, via de regra, acabam com o desvio do dinheiro da previdência para outras finalidades. Em nível estadual, a solução mais adequada passa pela manutenção e pela recuperação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao lado da busca de novos mecanismos de financiamento, impõe-se o fortalecimento do IPERGS, o maior de todos os patrimônios pessoais dos servidores públicos do Estado, que atende cerca de 1 milhão de pessoas. O IPERGS deve continuar como ente público, modernizar e melhorar a gestão dos recursos. Com uma gestão mais eficaz e uma entidade mais forte, ganham os servidores públicos e o próprio Estado. Não existem propostas milagrosas. O caminho é conhecido, é preciso trilhá-lo com energia e determinação.

A seguir, seguem algumas medidas para a crise do sistema previdenciário: a primeira, com menor custo financeiro, e a segunda, com elevados custos.

1) Constituição de fundo previdenciário público para os novos servidores, que poderá, também, ter natureza complementar, mantendo-se os antigos servidores com seus proventos e pensões custeadas, como hoje, com verbas orçamentárias. O novo fundo iniciaria, dessa forma, com passivo previdenciário zero.

2) Constituição de fundo previdenciário, também público, que abranja os antigos e os novos sob as mesmas regras. Essa idéia acarreta elevados custos financeiros ao Estado.

O Tesouro Estadual, no caso, faria a contribuição patronal e, simultaneamente, o pagamento de proventos e pensões.

De forma complementar, seria vital buscar um pacto nacional onde o Governo Federal assumisse o atual “passivo previdenciário”, que seria, naturalmente, diluído ao longo de décadas incluindo-o em futuras negociações, o que envolveria, certamente, o Congresso Nacional. Mesmo que trabalhosa politicamente, essa opção poderia resolver o problema da Nação como um todo nessa área.

* Agente Fiscal do Tesouro do Estado e Diretor do Sindicato dos Auditores do Rio Grande do Sul.